

Sobre a construção de uma sociedade leitora: leitura literária como práxis de transformação social

Maria Aparecida Silva Ribeiro*

Resumo

O artigo apresenta proposta de registro e análise de ações contemporâneas de promoção da leitura literária em espaços escolares e extraescolares. Para tanto, anota conceitos relacionados à leitura como prática cultural; evoca aspectos fundantes da inclusão de uma literatura nacional como matéria de ensino, na escola brasileira do final do século XIX, e, por fim, organiza e pontua tópicos de interesse em uma lista de iniciativas realizadas extramuros, por suas declaradas aspirações e provável relação de complementaridade com a institucionalização da literatura em versão atual. Em resultado, distende e problematiza a concepção de leitura literária comprometida a uma *práxis* de transformação social.

Palavras-chave: Cultura; cidadania; educação; leitura; literatura.

On the construction of a reading society: literary reading as a praxis of social transformation

Abstract

The article presents a proposal for recording and analyzing contemporary actions to promote literary reading in school and extra-school spaces. Therefore, it notes concepts related to reading as a cultural practice; evokes fundamental aspects of the inclusion of a national literature as a teaching subject in Brazilian schools at the end of the 19th century and, finally, organizes and punctuates topics of interest in a list of initiatives carried out outside the walls, due to their declared aspirations and probable relationship of complementarity with the institutionalization of the literature in the current version. As a result, it extends and problematizes the conception of literary reading committed to a praxis of social transformation.

Keywords: Culture. Citizenship. Education. Reading. Literature.

Recebido em: 31/01/2022 // Aceito em: 07/09/2022.

1 Introdução

O fomento da prática da leitura literária no Brasil, como investida em uma educação integral, permanente e continuada, em espaços formais e não formais, tem sido implementado no nível nacional desde, pelo menos, as últimas três décadas.¹ Parte das ações relacionadas a tal meta remonta a diretrizes propostas por/em programa nacional implementado em 1992.

Em que pese a diversidade de tempos e de espaços de execução, bem como novas demandas, desde então agregadas às finalidades das ações analisadas nesta pesquisa, o que tais iniciativas têm em comum é, ainda, a asserção de um compromisso com a construção da chamada cidadania plena.² Este estudo objetiva, portanto, evidenciar os diferentes níveis em que tal compromisso se reafirma. Ao considerar o modo pelo qual as ações de promoção da leitura se desenvolvem, bem como os objetivos em torno dos quais suas práticas se organizam, buscam-se indícios da adesão dos programas, projetos e iniciativas observados segundo aquele pressuposto fundamental de que leitura literária representa um “direito humano” (CANDIDO, p. 174) e, por conseguinte, uma condição para o exercício da cidadania.

Para tanto, o percurso metodológico desta investigação inclui a análise qualitativa de práticas extraescolares de leitura literária, sistematizadas em projetos de longa, média e curta duração. Tais iniciativas pontuadas em diferentes regiões no Estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2016 e 2018, tiveram, por parte de um grupo focal de estudantes de Pedagogia, acompanhamento presencial e semipresencial de suas atividades, com vistas a uma coleta de dados.

Como método de registro, foi produzida, colaborativamente, uma lista de ações, as quais foram apresentadas primeiramente no contexto das aulas da disciplina Literatura na Escola, nos semestres letivos referentes ao período indicados. Tal articulação ensino-pesquisa inscreve a presente proposta metodológica nos domínios da pesquisa-ação, uma vez que a disciplina que sediou a apresentação de tópicos conceituais e a análise dos dados coletados foi atravessada pelas referências que se constituíam como fontes e motivos de discussão.

Ainda no que concerne ao método, cumpre notar que práticas diversas de coleta de dados corresponderam à heterogeneidade do próprio material que se oferecia para pesquisa bibliográfica, em rede e de campo: registros escritos – manuscritos, impressos ou digitais – das ações observadas distribuíam-se por domínios discursivos igualmente variados. Toda a extensa (e crescente) produção discursiva, que orbitava em torno de (e convergia para) as ações, viria a integrar, posteriormente, o *corpus* desta investigação.³

Visto em suas relações intrínsecas e mutuamente fecundantes, tal material passou a ganhar sentidos outros, à medida que, posto em diálogo com uma síntese teórico-pragmática, subsidiou a revisão e atualização de conceitos tais como: leitura literária, cultura escolar, ambientes educacionais, educação não formal, sociedade leitora, cidadania, dentre outros.

A presente textualização de tal percurso investigativo se configura, pois, em partilha e desdobramento de uma concepção de leitura como forma afirmativa de ocupação de tempos e de espaços, tanto quanto como meio de invenção e/ou de reinvenção das histórias de vida dos sujeitos (individuais ou coletivos) por sua prática reunidos.

1 Considera-se, nesse caso, a instituição do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), vinculado à Fundação Biblioteca Nacional, em 1992, como ato oficial que coloca, de modo distinto, a leitura do texto literário no centro de interesse de projetos, programas e ações (inter e intra) institucionais, subsidiados, acompanhados e avaliados pelo Ministério da Cultura, mediante a FBN.

2 Usa-se neste caso a acepção integral e cumulativa de sentidos do termo “cidadania”, conforme T.S. Marshall, a saber, aquela em que se observam os direitos civis, políticos e sociais. A estes correspondem, no primeiro tipo, a liberdade de expressão e de pensamento, direitos de propriedade, direito à justiça, os quais remontam ao século XVIII; no segundo caso, o direito a votar e ser votado em processos políticos (século XIX) e, no terceiro, os direitos relativos ao bem-estar econômico e social, segundo conquistas do século XX (MARSHALL, 1967, p. 63-67).

3 Tais registros têm, desde então, fundamentado pesquisas em iniciação científica, pesquisa-ação em extensão universitária, dentre outros desdobramentos.

2 Leitura literária e suas interfaces cultura-educação

Por leitura literária, referimo-nos à “ação” de leitura relacionada “predominantemente” a “uma prática cultural de natureza artística, estabelecendo com o texto lido uma interação prazerosa”, em cujo processo, “o gosto da leitura acompanha seu desenvolvimento, sem que outros objetivos sejam vivenciados como mais importantes, embora possam também existir.” (PAULINO, 2014). Ao circunscrever o alcance semântico de leitura a sua dimensão “cultural”, enfatiza-se o componente de “prazer” da interação entre leitor e texto (BARTHES, 1987, p. 21-22). Focalizam-se, então, práticas extraescolares de leitura (embora não, necessariamente, apartadas da escola)⁴ comprometidas com o desenvolvimento do “gosto”, do “hábito” e com a prática da leitura desvinculada de seu aspecto formativo e conteudista, típico da ação escolar.

Já “cultura escolar”, nesse contexto, remete ao estudo de Julia (2001, p. 9-44), que a descreve como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos.”. Em tal conjunto, incluem-se práticas de leitura literária que se submetem, tanto quanto as demais, às normas prescritas pela cultura escolar, em seus processos de institucionalização de conhecimentos e condutas.

Ao se enfatizar o caráter extraescolar das práticas de promoção da leitura literária, alude-se ao conceito de “ambientes educacionais”. O sentido de tal uso é análogo ao dos estudos dedicados à “era da informatização”, ao concluírem que “não somente a sala de aula é capaz de gerar conhecimento” e que, com o avanço tecnológico, evidencia-se “o crescimento de ambientes educacionais” e de sua “capacidade de proporcionar experiências educativas aos alunos” (SILVA *et al.*, 2010, p. 5). Relacionada, primariamente, ao espaço cibernético, a expressão contempla outros espaços em que, na visão de Póvoa (*apud* COSCARELLI, 2003, p. 23), “novas formas de convivência, novos textos, novas leituras, novas escritas” são produzidas.⁵

Também relacionado, em certo sentido, a essa desterritorialização dos processos de produção de conhecimento está o conceito de “educação não formal”, que Gohn (2006) assim define:

[...] um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc.

A constituição de “indivíduos enquanto **cidadãos**” (grifo nosso) tanto quanto a “leitura de mundo” são frutos de determinadas aprendizagens. Quando articulados, tais conceitos esboçam o perfil do que se costuma chamar “sociedade leitora”.⁶

Bem antes, porém, de que uma concepção de “educação literária” (LEAHY-DIOS, 2000, p. 16) como tarefa a ser partilhada por toda a sociedade se tornasse um consenso, vejamos que discursos embasaram a inclusão da literatura nas dinâmicas escolares.

4 No mesmo verbete, Paulino inclui o que chama de “processo escolarizado da leitura literária”, no qual se destaca a importância da prática da “mediação docente”, tema a ser desenvolvido nos tópicos a frente.

5 Tal ampliação de alcance semântico é possível uma vez que novas materialidades do texto (em especial os gêneros discursivos emergentes em domínio digital, conforme Marcuschí (2010, p. 15-80) impulsionam sua circulação em diferentes ambientes, deslocam as interações em torno de sua recepção, promovendo, assim, a aprendizagem da leitura e da escrita para além dos bancos escolares.

6 A expressão “sociedade leitora” é recorrente nos discursos sobre a difusão da prática da leitura, notadamente, no contexto dos programas oficiais, como o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) – Fundação Biblioteca Nacional. Com a temática “Por uma sociedade leitora: experiências, motivações, estratégias”, por exemplo, o Comitê Sergipano do Proler, reuniu, de 18 a 21/10/2011, na cidade de Aracaju, “profissionais da educação, comunicação, cultura e demais áreas envolvidas com a mediação da leitura para discutir e refletir a importância e o estímulo à leitura em diversos segmentos sociais.”.

3 Escolarização da literatura no Brasil: um marco legal

“Cada povo tem sua literatura própria como cada homem seu caráter particular, cada árvore seu fruto específico” – essa foi a defesa de Gonçalves de Magalhães, no primeiro número da revista *Niterói* (Rio de Janeiro, 1837). Pereira da Silva, no número seguinte do mesmo compêndio, destacou a poesia como “representante dos povos [...] arte moral, que muito influenciou sobre a civilização, a sociabilidade, os costumes [...]”. Enfatizou “sua importância na prática das virtudes, seus esforços a favor da liberdade e da glória” e seu “lugar elevado entre as artes que honram uma nação” (CANDIDO, 2000, p. 296).

Alçados à Câmara dos Deputados, duas décadas depois, os intelectuais levaram tais posições para a esfera da administração da educação pública. Iniciavam-se aí os processos de escolarização da literatura no Brasil. A criteriosa seleção de textos literários antecedia a leitura sistemática e supervisionada, o que convergia para a formação, pela leitura de literatura na escola, de indivíduos cumpridores de um código moral e ético, absolutamente essencial à sociedade que se idealizava então.

O conceito de estado-nação começava a ser, assim, edificado em atos oficiais regulatórios da prática da leitura, na escola: “a história da literatura também faz parte das formulações necessárias para a construção de uma nação que combine com um Estado moderno [...]” (LAJOLO, 1994, p. 26).

O processo acompanhava tendência europeia de resgate do conceito clássico de cidadania, agora mais ligado ao usufruto de direitos, como parte de sua agenda de “legitimação da cultura burguesa” (LAJOLO, 1994, p. 252-253). Com efeito, todas as publicações intituladas como “histórias da literatura nacional” que surgiram na Europa nesse período não se furtavam a tais objetivos.

A conjuntura de lutas pela liberdade, igualdade e inclusão social – burguesas na origem – trazia para o âmbito das políticas de instrução pública um conceito de cidadania ligado a direitos e a certa noção de pertencimento. Com a experiência coletiva de duas guerras mundiais, outras emergências vieram a incidir, no século seguinte, sobre o conceito em construção: os direitos humanos passaram então a constituir, juntamente com a participação política e social, a substância de que era feita a cidadania.

Esse breve histórico nos serve, analogicamente, como chave de leitura para os discursos fundantes das atuais políticas que fomentam a prática da leitura dentro e fora da escola. Se à “instrução pública” do século XIX concernia a tarefa de apresentar aos cidadãos em formação uma história da literatura brasileira, como representação do espírito nacional e, por consequência, como meio de acesso a uma sociabilidade desejada, são as políticas de educação, do livro e da leitura que respondem, atualmente, por tal demanda.

4 Institucionalização da leitura literária no Brasil: a contemporaneidade

Século e meio depois, significa mais, no contexto desta discussão, utilizar a expressão “institucionalização” da leitura literária, uma vez que as práticas de estudo e leitura passam a ganhar outros espaços de implementação, segundo necessidades manifestas ao longo de todo esse período, conforme veremos nas seções a seguir.

O longo intervalo por que se opta não desconsidera a relevância de se ater, com exclusividade, a diferentes etapas do processo, circunscritas a pequenos espaços de tempo. Focalizar, então, apenas dois desses pontos numa tal cronologia serve a fim comparativista, de catalisar relações de sentidos

entre ações de leitura/ensino de textos literários e a edificação do conceito de cidadania, ao passo que os significados dos termos vêm, de maneira similar, ganhando contornos distintos no decorrer do tempo.

A preocupação com a legitimação de paradigmas políticos e culturais do/para o estado-nação, na contemporaneidade, tem sido explicitada pela presença da literatura na esteira do ensino da língua materna. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2000), ao defenderem que conteúdos de língua materna, literatura nacional e produção de texto estejam circunscritos à matéria de estudo “Língua Portuguesa”, reforçam a ideia de que ler e aprender literatura na escola, ao tempo em que promove a aquisição e o aprimoramento da língua oficial, faz parte do processo de se constituir cidadão brasileiro. Nos termos da teoria do discurso, citada pelos PCNs, tais práticas de leitura correspondem a ações de “constituição e de interação de sujeitos sociais, como um evento em que convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais [...]” (KOCH, 2003, p. 87).

Já o discurso regulatório do Plano Nacional do Livro e Leitura, publicado poucos anos depois, destaca o papel que as políticas públicas assumem no “desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa.” (BRASIL, 2006). Sobre a relação entre o fomento de práticas de leitura – agora também em espaço extraescolar (pelo fortalecimento das bibliotecas e formação de mediadores) – e o desenvolvimento nacional, afirma:

Elas [as diretrizes para uma política do livro e da leitura] têm por base a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável. (BRASIL, 2006).

O Plano Estadual de Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca do Estado do Rio de Janeiro (RJ, 2018) se coloca como facilitador desse processo de “democratização do acesso ao livro, à leitura, à biblioteca e à escrita para a formação de leitores.”. Na busca de uma interlocução direta com as demandas do Estado, faz-se meio de “impulsionar a economia fluminense, dada a significativa cadeia produtiva e de serviços direta e indiretamente atrelada à produção de livros”, no dizer dos parlamentares que o representaram.

A capilarização de tais planos, em estados e municípios, é incentivada pelas agências que idealizaram o plano nacional. Ações locais, oficiais ou não, passaram a replicar tal concepção de sociedade leitora como condição para a construção de uma sociedade cidadã, nos diversos níveis, como defende o discurso instrucional a seguir: “É no município que o sujeito desenvolve plenamente sua cidadania estabelecendo laços de pertencimento e partilhando objetivamente do processo da construção da sociedade.” (RJ, 2016). As seções seguintes registram o acompanhamento de tal propósito na prática.

5 Espaços e tempos da leitura literária extraescolar: concretude e complexidade

Das ações observadas e registradas, vinte mereceram destaque em publicação específica.⁷ Foram, para efeito de consideração e análise, divididas em cinco categorias não excludentes, a saber: 1. políticas públicas ou programas/projetos de governo; 2. ações institucionais autônomas; 3. feiras literárias; 4. conteúdo digital disponibilizado em rede; 5. movimentos, coletivos, livres associações.⁸

⁷ Grupo fechado com 43 membros, criado no primeiro semestre de 2016 e arquivado em 31.10.2020, pela rede social Facebook, mediante postagem em grupo de afinidades, em rede social, criado especialmente para tal fim, com público restrito aos alunos inscritos na disciplina nos semestres letivos correspondentes. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/1573897229593097>.

⁸ Outras categorias se insurgem como novas classificações, mais afeitas a movimentos sociais relacionados à defesa dos direitos de minorias sociais, grupos de afinidades étnicas, de gênero, de classe, as quais têm sido observadas e registradas em pesquisas em curso.

Devido à posterior capilarização do estudo em diferentes dimensões acadêmicas – ensino, pesquisa, extensão, inovação – e, no interesse de tratar de modo consistente de cada uma dessas categorias, o presente texto se limitou a abordar os três primeiros grupos de ações, a saber, políticas públicas ou programas/projetos de governo; ações institucionais autônomas e feiras literárias.

5.1 Políticas públicas ou programas/projetos de governo

O conceito de “políticas públicas” que atende a esta classificação é: “conjunto de sucessivas iniciativas, decisões e ações do regime político frente a situações socialmente problemáticas e que buscam a resolução delas, ou pelo menos trazê-las a níveis manejáveis” (VARGAS VELASQUES *apud* DEUBEL, 2006).

É consenso perceber a situação da leitura no Brasil como situação-problema a que ações oficiais precisam dedicar esforços. A quinta edição da pesquisa **Retratos da Leitura no Brasil**, (referente ao ano de 2019), traz um cenário de decréscimo de suas práticas. Entre 2015 e 2019, houve queda de 4,6 milhões de leitores(as) dentre os grupos, ainda hoje, considerados os leitores mais frequentes.

São 100 milhões de leitores no Brasil, 70% dos quais possuem renda familiar acima de dez salários mínimos e 68% dos quais têm diploma de ensino superior (conforme portal do INEP, citado dentre as referências). Foram precisamente esses segmentos que diminuíram seus hábitos de leitura. Cenário mais desanimador se observa em classes de baixa renda e grupos de baixa escolaridade.

As ações listadas pela pesquisa correspondem, assim, a respostas oficiais para enfrentar tais índices, de modo a que atinjam os chamados “níveis manejáveis”, recomendados por agências nacionais e internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), por exemplo, conforme portal do CENPEC, citado dentre as referências. Duas iniciativas ganham destaque nessa categoria: 1. Fórum do Plano Municipal do Livro (PMLLB), Leitura e Bibliotecas do Rio Janeiro e 2. Paixão de Ler.

O Fórum do PMLLB é um evento regular, que amplia e publiciza debates relacionados a itens constantes no PMLLB do Rio Janeiro. Aparece na dianteira das ações de pesquisa por ser um encontro de trabalho que desencadeia atividades correspondentes aos e viabilizadoras dos temas levantados e discutidos naquele evento de partida. Realizado entre 29 e 30 de abril de 2016, contou com a presença do Secretário Executivo do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), José Castilho, que destacou a necessidade de “desenvolver na população o sentimento de que a leitura é um direito. A capacidade de leitura é a chave de todos os direitos [...]”. Nesse sentido, reforça a ideia de que a leitura literária é parte de um processo de construção de cidadania.

Sobre o tema, Candido escreveu o artigo “Direito à literatura”, repleto de referências aos direitos civis, humanos, universais, imprescritíveis, em que afirma que “talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Deste modo, ela é fator de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade [...]”. Lembra a coletividade que se insinua nas manifestações literárias circulantes nos espaços da: “educação familiar, grupal e escolar”. E conclui: “Cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com os seus impulsos, suas crenças, os seus sentimentos, as suas normas, a fim de fortalecer em cada um a presença e atuação deles.” (CANDIDO, 1995. p. 243). Donde se infere que as ações de promoção da literatura, ainda que fora da escola, ocorrem segundo controle, planejamento, normatização por parte do Estado. Se a ele cabe o compromisso com o desenvolvimento de uma “cidadania plena” – no qual se incluem leitura e a literatura como direitos – as criações literárias são, por seu turno, produtos da sociedade, segundo

suas “crenças”, “sentimentos” e “normas”. Temos, então, que o interesse do Estado nesse tema ganha igualmente contornos de administração, monitoramento e fiscalização.

Na programação do Fórum, percebe-se o grande espaço dedicado ao debate sobre a “cadeia produtiva do livro”: os direitos de autores, a produção das editoras, a distribuição das livrarias, o preço dos livros. Citação obrigatória no encontro é, também, o volume expressivo de livros didáticos adquiridos pelo governo federal e distribuídos nas escolas públicas – ocasião em que o binômio leitura escolar, curricular, obrigatória/leitura literária, voluntária e de prazer vem à tona.

No encerramento do evento, a apresentação do “Sarau literário tagarela, o maior *slam* do mundo” ilustrou o que Candido defendeu em “Direito à Literatura”:

[...] a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito – como anedota, causo, história em quadrinho, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco. (CANDIDO, 1997, p. 242).

Paixão de ler é também evento regular, anual – em 2017 na sua 26ª edição no Município do Rio de Janeiro. Entre outubro e novembro, promoveu o “incentivo a ações de livro, leitura e literatura.”⁹ Importa, nesse contexto enunciativo, que o Paixão de ler, como ação municipal, suceda o Fórum municipal, já que se supõe que o segundo concretize hipóteses formuladas no primeiro.

Em suas três semanas de atividades, esteve alinhado ao que foi debatido e apresentado no Fórum como prioridades nas ações de fomento da leitura, da literatura, do livro: a aquisição, distribuição e circulação do livro para/em bibliotecas públicas municipais. A cadeia produtiva do livro tampouco ficou de fora, uma vez que a presença de editoras, livreiros(as), representantes, autores e autoras se fez notar. Mediadores de leitura literária (educadores(as), bibliotecários(as), contadores(as) de histórias), ilustradores(as), artistas das diversas artes e leitores comuns, anônimos, tomaram, igualmente, seus lugares nesse encontro de trabalho que, após vinte anos de realização anual, já entrara para o calendário cultural da cidade.

Além da extensão temporal do evento, que então ultrapassava seis diferentes mandatos de gestão municipal e já se impunha, portanto, como política pública, transbordando questões partidárias, cumpre notar o alastramento geográfico que o projeto alcança ao envolver a totalidade das bibliotecas públicas municipais do Rio de Janeiro.

Algumas bibliotecas de bairros, por serem menores e com menos infraestrutura para sediar as atividades, foram agrupadas e atendidas em espaços previamente selecionados, feitos polos, como teatros, centros culturais, mais propensos a uma maior concentração de público, os quais ofereciam condições materiais para a realização de espetáculos, palestras, oficinas culturais, dentre outras práticas.

O rol de atividades desenvolvidas na ocasião constituía, de fato, uma programação vasta e exuberante que buscava configurar o Rio de Janeiro como “sociedade leitora” – o que remete às metas cidadãs anteriormente aludidas.

Tal pretensão de organizar a sociedade em torno de comportamentos ideais de leitura, por meio da divulgação de certas obras, temas, autores, pela difusão de práticas e constituição de tempos e espaços de leitura corresponde às medidas oficiais de manejar situações-problema como a do decréscimo do número de leitores, a dos índices de analfabetismo funcional, dentre outros indicadores que mobilizam ações públicas reparadoras.

Ademais, o compromisso com o enfrentamento de tais desafios por parte das gestões se fizeram

⁹ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smc/paixao-de-ler-2017>. Acesso em: 20 jul. 2021.

igualmente sentir em *slogans* utilizados em diferentes campanhas promovidas no estado, tais como, “Rio, uma Cidade de Leitores” (campanha da Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2009), “São Gonçalo, Cidade Leitora” (campanha da Secretaria Municipal de Cultura de São Gonçalo, no ano de 2019), dentre outras, lançadas durante o largo período de vigência do projeto Paixão de ler.

5.2 Ações institucionais

Grande parte das ações comprometidas com o fomento e o desenvolvimento da leitura literária se caracterizou por seu vínculo com determinadas instituições. Algumas das instituições aparecem como promotoras das ações, outras se apresentam como parceiras dotando recursos para a realização delas; há, ainda, as instituições beneficiárias das ações,

De todo modo, o sistema de parcerias tem sido o motor para a concretização de tais práticas. Como já aludido, o aprofundamento sobre essas ações será tema de estudos posteriores. Por ora, apenas citamos as ações que mereceram destaque no registro de dados, empreendido pelas licenciandas em Pedagogia: Cátedra Unesco de Leitura, sediada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO); LERUERJ, programa de extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Projeto Leitura Cura – instituições beneficiadas: Clínicas de Doenças Renais (CDR), no bairro de Cascadura e Taquara; Hospital INBEL, no município de Belford Roxo; Hospital GAMEN, no bairro de Engenho de Dentro, e SEMIU, no bairro de Vila da Penha –; Ciranda Literária; Projetos Jovens Leitores; Encantos de Leitura; Roda de Leitura Biblioteca Parque; Projeto de Extensão Ler e Compartilhar, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Projeto Classe Hospitalar no Hospital Universitário Gaffrée Guinle (Pediatria); Projeto Pé de Livro, do Instituto TEAR.

5.3 Feiras literárias

Sobre as feiras, também denominadas “festival” ou “festa” – sempre seguidos do adjetivo literário(a) –, notam-se relações de especificidade das comunidades-alvo, bem como do contexto social político e econômico das regiões em que se realizam. Determinados atores sociais que delas tomam parte, além das empresas e grupos patrocinadores, dão o tom que os eventos literários assumem no decorrer de sua programação.

5.3.1 FLIP

A mais longeva das feiras do livro do Estado do Rio de Janeiro, a Festa Literária de Paraty (19ª edição). Inspiração para todas as demais, surgidas posteriormente, a FLIP é conhecida por sua sincronicidade com temas, autores(as) e obras em alta, a cada edição. O diálogo entre sua pauta e recantos e história da cidade é também característico dessa ação, que conta com o apoio da prefeitura, da iniciativa privada e de famílias tradicionais da cidade.

O deslocamento até a chamada costa verde do estado faz parte do apelo desse evento, que explora o caráter turístico de Paraty. Assim, a FLIP é considerada uma das principais ações do estado na disseminação da literatura como eixo de convergência cultural. Além da celebração da diversidade

artística e estética de nossas letras, com suposto rebatimento nos processos de construção de cidadania, a FLIP costuma ser espaço de legitimação de novas vozes da literatura nacional e internacional.

5.3.2 FLUPP

Em direção, de certo modo, oposta, a Festa Literária das UPPs foi realizada pela primeira vez em 2011. Inspirada na FLIP e em feiras similares, por sua relação com a literatura, possui a especificidade de utilizar a sigla utilizada pela política de segurança pública – Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) –, ação oficial baseada na ocupação de territórios dominados pelo tráfico de drogas no Estado do Rio de Janeiro.

As primeiras edições da festa ocorreram apenas em comunidades/favelas ocupadas por essa ação policial organizada, exaustivamente divulgada nos meios de comunicação e entre a própria população das áreas circunscritas como alvo das operações. A decisão dos organizadores parece apontar para uma convergência entre o tratamento dado ao evento cultural e as demais ações de controle social: promoção de uma cultura de repressão ao crime, de educação social e de busca de uma parceria (ainda que, aparentemente, apenas de base terminológica) com a população de regiões mais vulneráveis, no sentido de “pacificar” as regiões mediante ações afirmativas.

Nesse sentido, parece contraditório que a leitura literária como prática cultural – que se poderia supor mais liberta da “coerção social” típica do sistema escolar (DURKHEIM, 2002, p.11), naquele espaço – reivindique para si o controle inferido do conteúdo semântico da sigla UPP. Nas edições posteriores, as feiras realizadas em favelas passam a utilizar o nome Festa Literária das Periferias e a sigla FLUP, uma vez que se estenderam para além das áreas ocupadas pela política de segurança pública do estado, com versões em outras periferias, inclusive de outros estados do Brasil.

Com a decisão pela intervenção das tropas federais (em 2018), as UPPs começaram a ser desativadas no estado. A Festa Literária das Periferias, contudo, resiste, torna-se internacional e se apropria com exclusividade da marca FLUP.

5.3.3 FLISI

A Feira Literária da Serra Imperial é promovida pelo Instituto Oldenburg de Desenvolvimento, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e a iniciativa privada da cidade de Petrópolis-RJ. Atuando na região desde 2014, o instituto se apresenta como “entidade voltada para a valorização do livro e da leitura como ferramentas de promoção da cultura, da inclusão social e da conquista de autonomia das comunidades beneficiadas por seus projetos”. Em 2016, a Feira incluía a realização de rodas de leitura e encontros de “capacitação de agentes de leitura” em espaços culturais da cidade. Petrópolis, cabe lembrar, destaca-se por seu Museu Imperial, Palácio de Cristal e outros edifícios históricos. A fala da aluna-pesquisadora,¹⁰ aqui parafraseada, salienta que os espaços escolhidos para o evento limitavam a participação do público a eventos de interação social, por sua imponência e inadequação, pelo acesso restrito a poucos convidados e pela ausência de estudantes em ações de promoção da leitura. Em dado momento, embora inscrita no evento, a licencianda em Pedagogia declarou se sentir “pouco incluída” nas discussões e nos debates realizados.

¹⁰ “Considerações finais” do relatório de pesquisa, entregue por ocasião do final do curso, em dezembro de 2016 (Arquivo pessoal).

Ao acompanhar a continuidade das ações da FLISI, nos anos seguintes, percebe-se que, em quatro anos de realização, o Instituto passa a investir na construção de bibliotecas comunitárias (com um acervo inicial de mil títulos novos), em espaços escolares e apoio para seu funcionamento, por meio da formação de recursos humanos. Tais ações buscam concretizar uma das metas declaradas, a saber, a “democratização do acesso ao livro como fator de transformação social”.

Infere-se, pois, que a leitura literária – embora debatida, naquele caso, desde fora da escola, por instituto benfeitor – volta ao território escolar potencializada por aporte financeiro e recursos humanos formados externamente. Confirmou-se, assim, a percepção da aluna-pesquisadora sobre 1. a inadequação dos espaços culturais localizados no centro da cidade histórica para aquelas ações e 2. consequente baixa adesão de estudantes.

Ademais, a discussão sobre temas ligados à gestão de projetos, ocorrida na ocasião relatada, mostrou-se igualmente fora do interesse imediato das educadoras presentes (nas quais se incluía a licencianda em Pedagogia), as quais são comumente as responsáveis pela mediação da leitura literária na ponta. A decisão dos organizadores da FLISI de concentrar o investimento em doação de livros, formação humana e em práticas de leitura concretamente realizadas em ambiente intraescolar, no espaço sistemático e organizado da biblioteca, foi o início de uma proposta que hoje se apresenta na *homepage* da FLISI nos seguintes termos:

Decidimos sair do Centro de Petrópolis e migrar para os outros distritos com o intuito de chegar mais perto das comunidades que mais precisam ser prestigiadas, realizando um trabalho social focado em uma ação junto às associações de moradores e instituições sociais locais, com foco no público infantil e juvenil, levando o livro para a casa de crianças que têm menos acesso a atividades de interação familiar.

5.3.4 LER Salão Carioca da Leitura

Evento anual da cidade do Rio de Janeiro (2016) articula, em sua concepção: ações de formação de leitores(as) literários(as) com a educação institucional (mediante a gratuidade de ingresso para escolas públicas); divulgação de novos(as) autores(as); impulso das vendas da produção editorial de editoras já consolidadas no mercado e de novas empresas, com linhas editoriais ditas alternativas. Estas últimas são já, de certo modo, agraciadas pela atenção da mídia – seja por contar com expoentes dentre seus(suas) autores(as), seja pela convergência entre textos produzidos originariamente em meio digital ou adaptados para a produção audiovisual.

A pretensão do evento de entrar para o calendário cultural da cidade já conta com forte aparato publicitário da Prefeitura Municipal, além dos atos oficiais de inserir o LER na programação das bibliotecas e escolas públicas. Apoio significativo é também a adesão de artistas e celebridades do mundo dos esportes, da moda, ícones da *internet*, dentre outros que lançam inúmeros produtos editoriais impressos ou digitais, desde diários, autobiografias, livros de receitas até fórmulas de sucesso.

Assim é descrito o Ler, em sua página oficial na *internet*: um evento criado para elevar a paixão pela leitura desde a infância até a fase adulta, 100% interativo, que reúne todos os agentes da cadeia produtiva do livro no universo da Economia Criativa e fortalece os micros, pequenos e médios empresários do setor, trazendo e trocando conhecimentos.

O discurso sobre leitura literária reincide no uso da metáfora da “paixão” e replica, pois, a associação feita pelo anterior Paixão de ler. Essa ação, aliás, tem ganho mais ou menos exposição nas

mídias oficiais da prefeitura, segundo afinidades e distanciamentos entre políticas para a cultura de um ou outro grupo político-partidário que venha a alçar-se à prefeitura. Donde se conclui que é, em certo sentido, esperada uma atmosfera de competição entre ações culturais com foco na difusão da literatura. A Secretaria Municipal de Educação, assim como a de cultura, por meio de suas bibliotecas públicas, podem, em algumas edições anuais, apoiar um ou outro dentre tais eventos, alternadamente, segundo interesses não puramente literários.

A menção à “cadeia produtiva do livro no universo da Economia Criativa” é também significativa nesta análise, bem como o objetivo de reunir “agentes” para “fortalecer os micros, pequenos e médios empresários do setor, trazendo e trocando conhecimentos.”. Ao se consistir em ocupação física de espaços públicos com práticas de leitura, em empréstimo a pessoas cadastradas e circulação local de títulos já inseridos no patrimônio público (em outras palavras, aquisições já realizadas), as ações de bibliotecas podem vir a ganhar atenção secundária diante da necessidade de micros, pequenos e médios empresários do setor de venderem seus estoques de livros ou produzirem tiragens segundo demandas, operação que vem ganhando força atualmente.

Evidentemente, iniciativas como as do salão LER defendem que “há lugar para todos” e que tais ações podem ocorrer simultaneamente. Afinal, trata-se de um canto “de todas as vozes” (como descrito em sua *homepage*). Porém, neste ponto de nossas considerações, é preciso recordar, uma vez mais, que o maior comprador de livros no Brasil é o governo federal, por seu programa PNL D (Programa Nacional do Livro Didático) e que a leitura escolar ainda é o maior peso na balança ao se produzirem estatísticas sobre o número de livros consumido por leitor, anualmente, no Brasil. O que evidencia que essa relação pode, ainda, estar sendo superestimada pelos dados oficiais, inclusive pelo **Mapa da Leitura no Brasil**, conforme citado por este artigo.

O que traz o recorte de classe para o cerne desta discussão, já que ações como o Salão do Livro discutem ações de promoção da leitura literária com grupos exclusivos e, de certo modo, elitizados. Se tais sujeitos são os que “trazem e trocam conhecimentos” sobre as metas de um processo de “leiturização” não apenas “da escola” (SENNA, 2000, p. 3203), mas de toda a sociedade, onde ficam os interesses dos(as) leitores(as) das classes menos favorecidas, os quais dependem de iniciativas oficiais de compra de livros (principalmente para as escolas e para as bibliotecas, espaços que historicamente têm sediado seus encontros com a literatura)? Quem incluirá suas falas nesse coro de “vozes” interessadas na difusão da “experiência da leitura”?

A problematização da importância das feiras e eventos similares na promoção da leitura literária nos traz de volta ao duplo lugar da recepção da literatura: seja como prática cultural, comprometida com o deleite, a apreciação, a formação do gosto artístico, o prazer, a fruição, o entretenimento, dentre outros aspectos (PAULINO, 2014), seja como parte integrante dos processos escolares de letramento, alfabetização, aquisição de linguagem, desenvolvimento de competências verbais, comunicativas, além de outras metas da educação institucional incorporadas pela cultura escolar (JULIA, 2001, p. 9-44).

Na difusão da leitura como prática cultural, as feiras literárias dão visibilidade a produções editoriais (com ênfase nos lançamentos), criam oportunidades para a interlocução de autores(as) e o público leitor, de certo modo humanizando essas relações e diminuindo a distância entre os polos da produção e da recepção, além de tornar conhecidas as diferentes etapas da cadeia produtiva do livro, gerando interesse e engajamento dos diferentes atores sociais em suas dinâmicas de circulação.

Ao descrever a 36ª Edição da Feira do Livro de Brasília, Carvalho (2022) enfatiza, em artigo especial para o **Correio Brasiliense**, a separação entre as seções de atividades de oficinas artísticas, contação de histórias, *performances*, encontros com autores, dentre outras e aquelas relacionadas à

chamada Programação Educativa – composta pelas subseções Família Leitora e Escola Leitora. O que dá a exata dimensão de como as atividades de leitura ligadas à apreciação, deleite e entretenimento são, também nessas ações públicas de promoção, concretamente demarcadas em relação às de formação escolar, construção de conhecimentos e de condutas.

Nesse sentido, é possível ainda questionar se a escola, como instituição preferencial na promoção da leitura, tem compreendido efetivamente a importância de tais eventos. Também se as instituições, em geral públicas, responsáveis pela organização das feiras e festivais têm dado às escolas um lugar de destaque nessas ações. Esse intercâmbio vai além da reserva de ingressos ou da distribuição de vale-livros (como tem ocorrido em feiras realizadas pelas prefeituras das maiores capitais).

Como grande vitrine que é dos lançamentos editoriais, é possível que as feiras deixem em segundo plano sua relação com as turmas de estudantes, uma vez que a venda de livros para o público escolar se dá em âmbito diferente daquele promovido nos festivais anuais do livro. E é possível também que os alunos percorram os corredores de tais exposições sem a mediação necessária, sem o acompanhamento de agentes promotores da leitura literária, sem a organização prévia de um circuito ao longo do qual poderiam melhor aproveitar sua aula-passeio.

Por outro lado, visitas a tais grandes eventos carecem de uma preparação prévia, com o acionamento de referências e com vistas à ampliação do horizonte de expectativa de tais leitores(as) em formação, processos para os quais a mediação do(da) docente, ainda na escola, torna-se fundamental. Aspectos adicionais – incluindo desafios logísticos – relacionados ao duplo caráter da leitura literária que se apresentam concretamente nas feiras literárias nos movem a discutir conceitos que as teorias do efeito estético, da recepção do texto, do letramento literário, dentre outras áreas de estudo e de pesquisa têm trazido à tona e à atenção de docentes, professoras(es) e mediadores(as) de leitura literária na escola e de pesquisadores(as) do tema, a exemplo do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE), da Faculdade de Educação da UFMG.

6 Considerações finais

O presente estudo, resultante da percepção de padrões de regularidade na concepção e na práxis das ações de promoção da leitura literária, ensejou, como vimos, o registro e a análise de modelos de intervenção social mediados por esse tipo de fruição estética. Nesse sentido, desdobra-se e se problematiza a noção de “sociedade leitora” como condição para o alcance de “metas cidadãs”, conforme estudos sobre educação literária, letramento literário e letramentos sociais (CANDIDO, 1995, 2000; LAJOLO, 1994; PAULINO, 2004, 2005), bem como no texto de documentos oficiais reguladores de tais ações (BRASIL, 2000; BRASIL, 2006).

As práticas extraescolares de recepção do texto literário observadas, ao mesmo tempo que replicavam metas institucionais relacionadas à formação cidadã, conforme observadas na escola, também aderiam a compromissos assumidos como integrantes do segmento da cultura. Assim, leituras de formação e de fruição apareceram articuladas, nas ações e projetos percorridos pela pesquisa, exatamente como se apresenta a recepção literária em seu duplo caráter.

Novas ações de pesquisa se insurgem, potenciais, nesse desfecho, quando se investe na compreensão dos processos de produção e difusão cultural que incluem a cadeia produtiva do livro e da leitura. A análise dos enunciados de projetos culturais e/ou educativos, bem como do discurso dos sujeitos a eles relacionados, são fontes sempre renováveis de pesquisa e de compreensão da relação entre leitura literária e formação cidadã. Ademais, percorrer espaços e tempos de leitura, dentro e fora

da escola, como modo de acentuar a relação de construção recíproca entre os conceitos de “leitor/leitora” e “cidadão/cidadã”, possibilita a construção de cartografias da leitura literária em regiões de maior ou menor vulnerabilidade social, tendo em vista metas relacionadas ao desenvolvimento humano, em suas várias dimensões.

Referências

- ABE, Stephanie. **Retratos da leitura no Brasil: por que estamos perdendo leitores**. São Paulo: Cenpec, 2021. Disponível em: Retratos da leitura no Brasil: por que estamos perdendo leitores (cenpec.org.br). Acesso em 30 jul. 2021.
- BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Ministério da Educação. **Guia dos Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura, MinC, MEC e Instituto Pró-Livro**. Brasília, 2006 Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Guia_elaboracao_implantacao_planos_estadual_municipal_livro_leitura.pdf. Acesso em 04 out. 2022.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Brasília, 2006. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/pnll/>. Acesso em: 30 jul. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ensino Médio. Brasília, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em 30 jul. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório do Brasil no PISA 2018**. Avaliações e exames da educação básica. Brasília: INEP, 2020. Disponível em http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil/21206. Acesso em 30 jul.2021.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **LER. Salão Carioca do Livro é o Festival do Leitor!** Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.lersalaocarioca.com.br/sobre-a-ler>. Acesso em 29 jul. 2021.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CARVALHO, M. H. Da escola para a Feira do Livro: a importância da educação literária. **Correio Braziliense**. Eu Estudante Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/cultura/2022/06/5016505-da-escola-para-a-feira-do-livro-a-importancia-da-educacao-literaria.html>. Acesso em: 10 set. 2022.
- COSCARELLI, Carla Viana (org.). **Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- DEUBEL, R. **Políticas públicas: Formulación, implementación y evaluación**. Colombia: Aurora, 2006.
- DURKHEIM, Émile. **Lições de Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GOHN, M. G. Educação não-formal na pedagogia social. In: DEUBEL, Andre-Noel Roth. **Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación**. Bogotá, Colômbia: Ediciones Aurora, 2006.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v.1, n. 1, 9-43, jan-jun, 2001.
- KOCH, Ingedore. **A interação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2003.
- LAJOLO, M. Literatura e história da literatura: senhoras muito intrigantes. In: MALARD, L. *et al.*

História da literatura: ensaios. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

LEAHY-DIOS, C. **Educação literária como metáfora social.** Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2000.

LOPES, A.C. A Educação não formal: um espaço alternativo da educação. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO (SIRSSE). VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE (SIPD/ CátedraUNESCO). 2017, Curitiba. **Formação de Professores: contextos, sentidos e práticas.** Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25198_12669.pdf. Acesso em: 14 jul. 2021.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos (org.). **Hipertexto e gêneros digitais:** novas formas de construção de sentido. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Tradução de Milton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

PAULINO, G. Algumas especificidades da leitura literária. In: PAIVA, A. *et al.* (org.). **Leituras literárias:** discursos transitivos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PAULINO, G. Glossário CEALE. **Termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para educadores,** FAE: UFMG. Disponível em: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/leitura-literaria>. Acesso em: 14 jul. 2021.

PAULINO, G.; COSSON, R. (org.). **Leitura literária:** a mediação escolar. Belo Horizonte: FAE UFMG, 2004.

RIO DE JANEIRO. **Plano Municipal do Livro, Leitura e Bibliotecas.** Rio de Janeiro: ALERJ, 2015. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br>. Acesso em: 30 jul. 2021.

SENNA, LAG. Letramento ou leiturização? O sócio-interacionismo na Lingüística e na Psicopedagogia. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 12., 2000. Campinas/SP. **Anais [...]** Campinas/SP: Associação de Leitura do Brasil, 2000. p. 3203-3225.

SILVA, C. *et al.* As Redes de Aprendizagem e os Ambientes Educacionais no Ciberespaço. **Agenda Social.** v. 4, n. 1, jan-abr. 2010. p. 64-76. Disponível em: http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_8012_1284493453.pdf. Acesso em: 14 jul. 2021.

TARGINO, Rodolfo. **Fórum do Plano Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca do Rio.** Biblio. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://biblio.info/forum-do-pmllb/> Acesso em 30 jul. 2021.